

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014

A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2013	31/12/2012		Nota	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo Circulante</b>		<b>16.416.126</b>	<b>13.939.402</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>19.396.366</b>	<b>15.952.615</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>229.735</b>	<b>143.105</b>	<b>Depósitos</b>		<b>18.752.040</b>	<b>15.212.426</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>15.d</b>	<b>1.482.844</b>	<b>1.871.977</b>	Depósitos à Vista		3.705	3.916
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.482.844	1.871.977	Depósitos Interfinanceiros	15.d	18.748.335	15.208.510
<b>Relações Interfinanceiras</b>	<b>5</b>	<b>245</b>	<b>801</b>	<b>Outras Obrigações</b>		<b>644.326</b>	<b>740.189</b>
Créditos Vinculados - Depósitos no Banco Central		245	801	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		5.542	5.473
<b>Operações de Crédito</b>		<b>12.270.998</b>	<b>9.641.130</b>	Sociais e Estatutárias		7.876	340
Setor Privado	6	12.630.318	9.985.134	Fiscais e Previdenciárias	11	30.628	498.372
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(359.320)	(344.004)	Diversas	12	600.280	236.004
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.345.502</b>	<b>2.182.105</b>	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>10.530.868</b>	<b>14.146.958</b>
Rendas a Receber		9.877	18.787	<b>Depósitos</b>		<b>9.733.110</b>	<b>14.049.997</b>
Créditos Tributários	7	382.784	537.569	Depósitos Interfinanceiros	15.d	9.733.110	14.049.997
Diversos	8	1.975.744	1.647.248	<b>Outras Obrigações</b>		<b>797.758</b>	<b>96.961</b>
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(22.903)	(21.499)	Fiscais e Previdenciárias	11	773.777	76.340
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>86.802</b>	<b>100.284</b>	Diversas	12	23.981	20.621
Despesas Antecipadas		86.802	100.284	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>1.054.374</b>	<b>1.117.958</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>14.465.813</b>	<b>17.178.020</b>	Capital Social:			
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>15.d</b>	<b>5.867</b>	<b>917.216</b>	De Domiciliados no País		726.561	726.561
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.867	917.216	Reservas de Lucros		327.813	391.397
<b>Operações de Crédito</b>		<b>12.533.910</b>	<b>14.377.881</b>	<b>Total do Ativo</b>		<b>30.981.608</b>	<b>31.217.531</b>
Setor Privado	6	13.053.430	14.993.646				
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(519.520)	(615.765)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>1.534.787</b>	<b>1.320.610</b>				
Créditos Tributários	7	941.578	662.309				
Diversos	8	636.843	687.114				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	6.e	(43.634)	(28.813)				
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>391.249</b>	<b>562.313</b>				
Despesas Antecipadas		391.249	562.313				
<b>Permanente</b>		<b>99.669</b>	<b>100.109</b>				
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>9</b>	<b>31.058</b>	<b>31.691</b>				
Imobilizado de Uso		69.931	66.182				
(Depreciações Acumuladas)		(38.873)	(34.491)				
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>68.611</b>	<b>68.418</b>				
Ativos Intangíveis		109.671	92.841				
(Amortizações Acumuladas)		(41.060)	(24.423)				
<b>Total do Ativo</b>		<b>30.981.608</b>	<b>31.217.531</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>30.981.608</b>	<b>31.217.531</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas de Lucros	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2011</b>		<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>462.288</b>	<b>358.732</b>	<b>-</b>	<b>1.221.514</b>
Prejuízo		-	-	-	-	(103.556)	(103.556)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	(51.778)	-	51.778	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	(51.778)	-	51.778	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2012</b>		<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>358.732</b>	<b>358.732</b>	<b>-</b>	<b>1.117.958</b>
Lucro Líquido		-	-	-	-	58.816	58.816
Reserva Legal	14.c	-	2.941	-	-	(2.941)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(70.200)	-	(52.200)	(122.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	1.837	-	(1.837)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	1.838	-	(1.838)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2013</b>		<b>726.561</b>	<b>35.606</b>	<b>292.207</b>	<b>340.446</b>	<b>-</b>	<b>1.054.374</b>
<b>Saldos em 30 de Junho 2013</b>		<b>726.561</b>	<b>32.665</b>	<b>340.446</b>	<b>340.446</b>	<b>-</b>	<b>1.099.672</b>
Lucro Líquido		-	-	-	-	77.102	77.102
Reserva Legal	14.c	-	2.941	-	-	(2.941)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	(70.200)	-	(52.200)	(122.400)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	10.981	-	(10.981)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	10.980	-	(10.980)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro 2013</b>		<b>726.561</b>	<b>35.606</b>	<b>292.207</b>	<b>340.446</b>	<b>-</b>	<b>1.054.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**  
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. A Aymoré CFI tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 21 de Fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Aymoré CFI, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### 3. Principais Práticas Contábeis

**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**  
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

**b) Apuração do Resultado**  
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**  
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativo ao seu valor de mercado do de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

### d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

### e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

### f) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

### g) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

### g.1) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

### g.2) Intangível

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

### h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Aymoré CFI. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 13.g).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras (Nota 13.a).

### i) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

### Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré CFI como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente no balanço patrimonial como outras obrigações - diversas.

### Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 21. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A Deliberação CVM 695, de 13 de dezembro de 2012, aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), que trata de benefícios a empregados, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais de Contabilidade IAS 19. Para os planos de benefício definido, o Pronunciamento Técnico CPC 33 estabelece alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos (valorização com base na taxa de desconto da obrigação atuarial).

A adoção do referido Pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2013, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva, como alteração de práticas contábeis. A adoção desta nova prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

### Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

### j) Remuneração Baseada em Ações

**Liquidação em Ação**  
São referentes a opções de compra de ações do Banco Santander promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. As quantidades de ações concedidas aos executivos variam de acordo com determinados parâmetros de desempenho.

No início do plano é efetuada uma estimativa da quantidade provável das ações que serão outorgadas e registra-se o valor justo em despesa de pessoal em contrapartida contra o "patrimônio líquido - reservas para pagamento baseado em ações" ao longo do período de vigência de cada ciclo.

### Liquidação em Dinheiro

No início do plano, é efetuada uma estimativa da quantidade provável de ações "hipotéticas" que serão recebidas pelos executivos. É apurado o valor justo das ações "hipotéticas" e registrado ao longo do período de vigência de cada ciclo uma provisão em outras obrigações em contrapartida com a despesa de pessoal.

**k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**  
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

**l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**  
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Aymoré CFI na reunião realizada em 21 de Fevereiro de 2014.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638/2007 e pela Lei 11.941/2009 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### m) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades no valor de R\$229.735 (31/12/2012 - R\$143.105) e aplicações em depósitos interfinanceiros de R\$61.023 (31/12/2012 - R\$93.025).

### 5. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados basicamente por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios.

### 6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

#### a) Carteira de Créditos

	31/12/2013	31/12/2012
<b>Operações de Crédito</b>		

